

## OS ESPAÇOS FUNERÁRIOS E A CONSTRUÇÃO DAS NOVAS ENTIDADES SOCIAIS E CULTURAIS DO EXTREMO OCIDENTE EUROPEU (1º MILÉNIO A.N.E.)

Ana Margarida Arruda\*

*«A burial is a part of a funeral,  
and a funeral is a part of a set of rituals  
by which the living deal with death»  
Ian Morris, 1992*

As necrópoles da Idade do Ferro do Sul de Portugal foram quase sempre abordadas de acordo com perspectivas que privilegiaram a tipologia da arquitectura, ainda que a dicotomia cremação/incineração tenha também estado sempre presente nas diversas análises (entre outros, BEIRÃO, 1986; CORREIA, 1993; ARRUDA, 2000, 2001, 2004)

De facto, a variedade arquitectónica que os dados evidenciavam, quer em termos mais abrangentes do ponto de vista geográfico, quer mesmo a nível regional e inclusivamente local, obrigava a organização dos mesmos.

Tornava-se evidente que ao nível da arquitectura, o litoral, tanto o algarvio como o ocidental, se distanciava do que se conhecia no interior.

Às necrópoles de cistas do litoral, quer algarvio – Bensafrim (CORREIA, 1996, 1997, ARRUDA, 1999-2000), Cista dos Gregórios (BARROS *et al.*, 2005), quer ocidental – Torres Vedras (TRINDADE & FERREIRA, 1965) e muito possivelmente Sines (COSTA, 1967, 1974), contrapunham-se as necrópoles monumentais, do interior alentejano, onde as sepulturas estavam enquadradas por estruturas tumulares complexas (BEIRÃO, 1986; CORREIA, 1993, ARRUDA, 2000, 2001, 2004). Havia pois dados que permitiam pensar em áreas mutuamente exclusivas do ponto de vista da arquitectura funerária, ainda que em certas áreas do interior tivessem penetrado necrópoles de cistas características do litoral, como parece ser o caso de Corte Margarida (DEUS & CORREIA, 2005)

Por outro lado, necrópoles de incineração em fossa rectangular, com ou sem canal central, como a de Alcácer do Sal (CORREA, 1925, 1928, 1930; PAIXÃO, 1970, 1971, 1983), e em fossa circular para sustentação da urna funerária, as chamadas necrópoles tipo Cruz del Negro, ainda em Alcácer do Sal (*Ibidem*, ARRUDA, 1999-200) e agora também em Tavira (ARRUDA, COVANEIRO & CAVACO, 2008, no prelo), constituíam tipos de cemitérios típicos de áreas mais profundamente «visitadas» pelos colonizadores fenícios.

A organização em tipos das necrópoles sidéricas ao nível regional permitiu também propor evoluções cronológicas específicas para áreas concretas.

Para a região de Ourique, defendeu-se um modelo que sustenta a evolução de monumentos de planta circular para estruturas rectangulares e quadrangulares (sobretudo CORREIA, 1993).

---

\* UNIARQ – Centro de Arqueologia da Universidade de Lisboa

Em Álcacer do Sal, as fossas rectangulares de canal central parecem anteceder as circulares para sustentação da urna, mas o inverso não também não é impossível, uma vez que não há dados estratigráficos seguros que comprovem qualquer das possibilidades (ARRUDA, 1999-2000, 2000, 2004).

Sabemos já que as necrópoles da Idade do Ferro do Sul não se esgotam nestes tipos aqui grosseiramente definidos. A necrópole da Tera, em Pavia, (ROCHA, 2003, 2005), bem como as recentemente descobertas na área do Alqueva, como a de Palhais e a da Vinha das Calças (informação pessoal Ana Sofia Antunes e Pedro Sobral, respectivamente, a quem agradeço), evidenciaram outras morfologias dos espaços funerários. Também a necrópole de Torre de Palma, escavada por Manuel Heleno nos finais da primeira metade do século passado, e cujos materiais foram recentemente publicados (MATALOTO *et al.*, 2008), parece distanciar-se do pouco que se conhece para o Alto Alentejo, e aproximar-se das necrópoles de urnas da chamada área tartéssica, com incinerações em urna que, contudo, não são de tipo Cruz del Negro. Mas também no Algarve as duas sepulturas encontradas na Quinta da Queimada – Lagos (CALADO & GOMES, 2006) distinguem-se morfologicamente das cistas que caracterizam o ambiente sepulcral algarvio em geral. Naturalmente que nos casos de Pavia e da Quinta da Queimada a questão cronológica não pode perder-se de vista, havendo dados que permitem admitir que, pelo menos a segunda delas, se sucede no tempo às que anteriormente referimos. Relativamente à necrópole de Torre de Palma desconhecemos quase tudo acerca dos tipos de enterramentos e da própria arquitectura.

O estudo das necrópoles passou também pela discussão em torno dos dois tipos mais frequentes do tratamento dado aos cadáveres: a cremação e a inumação.

Mas a verdade é que neste ponto concreto pouco se avançou, uma vez que ambos os rituais coincidem espacial e temporalmente em Ourique durante a Idade do Ferro, e não é evidente que a cremação seja um fenómeno eminentemente indígena, como já pretenderam alguns, ainda que seja verdade que quer a cremação quer a inumação eram já praticadas no Bronze Final, como está demonstrado, por exemplo em Alpiarça e na Roça do Casal do Meio, respectivamente.

De qualquer forma, a incineração parece ter sofrido um enorme incremento com a chegada das populações fenícias à costa atlântica, e nas necrópoles litorais mais intensamente orientalizadas a incineração parece ser exclusiva, como é o caso de Tavira e de Alcácer do Sal.

Uma nova perspectiva sobre as necrópoles baixo Alentejanas foi recentemente ensaiada com êxito, até porque representa uma evidente ruptura com as análises mais tradicionais (VILHENA, 2008). Jorge Vilhena acentuou como a instalação dos espaços de sepulcrais da Idade do Ferro em torno do Mira, na região de Ourique, teve em consideração a visibilidade de necrópoles mais antigas, falando numa «re-necropolização» da paisagem. Levanta-se aqui uma interessante questão sobre a forma como, afinal, os mortos, interferindo na agenda dos vivos, poderão ter eles próprios a sua própria agenda.

As tipologias têm dominado o discurso ao nível dos espólios exumados nas necrópoles da Idade do Ferro do sul de Portugal, naturalmente de acordo com as funcionalidades: objectos de adorno, cerâmicas, armas.

Julgo contudo que se tem perdido de vista que os materiais recolhidos em contexto funerário, mesmo no interior de sepulturas, devem ser analisados de acordo com a sua própria função no processo que culmina com o final do funeral. Os materiais não podem e não devem ser encarados em bloco, uma vez que se dividem obrigatoriamente em: equipamentos rituais usados pelos vivos durante as cerimónias fúnebres; artefactos do defunto usados pelo próprio e oferendas.

Assim parece claro que os objectos de adorno, como os colares, os fechos de cinturão, os botões e as fíbulas integram o grupo dos artefactos que o próprio cadáver usaria. Mas as armas, de sua propriedade ou não, bem como os vasos cerâmicos e alguns artefactos apotropaicos (escaravelhos, terracotas) seriam certamente depositados por quem o acompanharia no momento do seu funeral e fariam parte de um outro conjunto, concretamente o do depósito que ocorria no momento de encerrar a sepultura.

Por outro lado, em algumas necrópoles há vestígios do que teria resultado de rituais relacionados com os chamados banquetes funerários. É o caso de Tavira, por exemplo, onde foram recolhidos para além de restos faunísticos fragmentos cerâmicos que certamente corresponderam aos vasos usados pelos vivos para consumir alimentos nas proximidades imediatas das sepulturas. O mesmo se terá passado na necrópole de Alcácer do Sal, uma vez que nas reservas do Museu Nacional de Arqueologia existem vários contentores com faunas mamalógicas recolhidas durante as campanhas que António Cavaleiro Paixão levou a efeito na necrópole do Senhor dos Mártires, na segunda metade do século XX. Naturalmente que neste, como em outros casos, há que averiguar o local exacto da recolha e mesmo os sinais sobre os ossos, já que estas faunas podem resultar quer dos banquetes funerários, quer da deposição de alimentos junto do cadáver, e, neste caso, corresponderem a oferendas relacionadas com um sistema de crenças específico.

Ainda no que se refere à tipologia dos materiais da própria sepultura deve ter-se em atenção que em casos concretos, como o das incinerações em urnas, estas, bem como aliás as suas tampas, merecem ser diferenciadas das restantes cerâmicas.

A estrutura social dos grupos humanos que construíram os monumentos funerários de Ourique também foi alvo de análises diversas, que assentaram sobretudo nos dados da arquitectura funerária e nos espólios das necrópoles monumentais, mas também nos que foram recuperados nos *habitats* que lhes correspondem (ALARCÃO, 1996; CORREIA, 1997; ARRUDA, 2001).

As análises sobre as necrópoles da Idade do Ferro do Sul de Portugal têm incidido sobre os aspectos atrás elencados, parecendo, agora, importante que outras abordagens sejam perspectivadas.

Ainda que saiba que os dados disponíveis não ajudam leituras que ultrapassem a simples arrumação tipológica dos enterramentos, a descrição dos rituais praticados no que se refere ao tratamento dado ao cadáver, ou a variabilidade e a tipologia dos espólios, a verdade é que, assim como se tornou possível abordar a questão da complexidade social, parece também indispensável que outras análises possam ser efectuadas.

Em primeiro lugar, deve insistir-se que as necrópoles têm quase tudo a ver com os vivos. Por outro lado, também parece certo que os rituais associados a um momento particularmente traumático, como é a morte, são ditados por objectivos que se relacionam com a criação e a manutenção de um sentido de comunidade, mas não só. Nesta perspectiva, as arquitecturas funerárias, os artefactos encontrados nas necrópoles (dentro e fora das sepulturas) e os rituais praticados durante as cerimónias fúnebres têm que ser lidos em função do papel que representam no amplo leque de situações sociais e políticas existente no sul do território actualmente português, durante o 1º milénio a.n.e..

Relativamente às necrópoles de Alcácer do Sal e de Tavira, é importante salientar que a arquitectura funerária se aproxima do que é conhecido nas áreas peninsulares que mais contactaram com o mundo oriental, como é o caso do vale do Guadalquivir, da Extremadura espanhola e mesmo de Ibiza, não se distanciando também, naturalmente, do que existe na Sardenha, no norte de África e mesmo em Tiro. Por outro lado, deve notar-se que o conjunto dos materiais depositados junto das incinerações de Alcácer, quer as que foram concretizadas em *ustrinum*, quer as *in situ*, incorpora, ainda que apenas em parte, um equipamento ritual que, tal como nas necrópoles fenícias da costa de Málaga, reproduz a cerimónia fúnebre oriental (AUBET, 2004). É por exemplo o caso das lucernas de um só bico, das ânforas e dos pratos de engobe vermelho, apesar de as jarras trilobuladas e as de boca de cogumelo estarem ausentes. Mas deve notar-se que a cerâmica cinzenta não faz parte do conteúdo dos inventários.

Para a necrópole de Tavira, os dados não abundam, uma vez que as condições em que decorreu a intervenção arqueológica permitiram apenas recuperar um segmento muito reduzido do sítio (ARRUDA *et al.*, 2008, no prelo). As quatro sepulturas em urna tipo Cruz del Negro identificadas junto ao convento da Graça não forneceram espólios significativos, mas os que existem referem-se ainda a cerâmicas de engobe vermelho, mas também a

cinzentas (*Ibidem*). A presença desta última categoria poderia indicar que as incinerações corresponderiam a populações indígenas que adoptam rituais funerários exógenos, hipótese que já houve oportunidade de discutir e, em parte, refutar, em textos anteriores (*Ibidem*), tendo em consideração os elementos que as escavações em outros sectores da área urbana permitiram recolher (MAIA, 2003; MAIA & SILVA, 2004).

Em ambas as necrópoles parece ter ocorrido um ritual tipicamente oriental: o banquete funerário. Como já se disse atrás, há de factos dados que permitem considerar esta possibilidade, concretamente faunas, mamalógicas, malacológicas e ictiológicas, o que possibilita avançar com novas leituras sobre as práticas sociais destas populações, sendo possível discutir o desenvolvimento de rituais de comensalidade associados à morte. Esta prática é bem conhecida no próximo Oriente, sendo no Antigo Testamento, mas também em alguns textos sírios e babilónicos do II milénio a.n.e. (Nuzi, Ebla, Mari y Ugarit) que encontramos referências aos banquetes funerários, aí designados *Kispum*.

Em Salmos, em Jeremias, em Isaías e no Levítico existem referências a práticas de banquetes fúnebres concretizados no Próximo Oriente, concretamente pelos que adoravam a BAAL, ainda que fossem severamente criticadas pelos textos bíblicos:

1. Salmos 106/28: Também se apegaram a Baal-Peor, e comeram sacrifícios oferecidos aos mortos;
2. Isaías 65:4: Sentando-se junto às sepulturas e comendo carne de porco e caldo de coisas abomináveis nos seus pratos;
3. Jeremias 16 8 e 9: Também não se repartirá pão nos velórios, nem se oferecerá pão para consolar os parentes. Ninguém servirá aos filhos o copo da consolação no dia da morte de seus pais. Não entres na casa onde se celebra a festa, para te sentares com eles, comendo e bebendo.

No que se refere aos textos sírios, a prática do *Kispum* está descrita e é aceite como um ritual funerário que inclui um banquete. Esta prática pode ser lida nas tabuinhas de Mari, por exemplo, como se observa no seguinte texto «...encarregaram-me de te alimentar; ofereci um *kispum* aos teus familiares [...]» (LKA 83,1-10).

O consumo comunal de alimentos durante uma cerimónia fúnebre é um recurso simbólico de primeira grandeza, estando, neste caso, como aliás em outros, carregado de significados. É um ritual onde a ideologia dominante é de certa forma naturalizada, limitando, naturalmente, possíveis alternativas (ARANDA JIMÉNEZ & ESQUIVEL GUERRERO, 2006).

E quem controla o ritual possui o meio de impor a sua própria visão de ordem social protegendo-a de outras formas de pensamento, tornando-o, assim, um instrumento de dominação e de manutenção da ordem social estabelecida (*Ibidem*, DIETLER, 1999, 2001).

Neste sentido, o ritual da comensalidade praticado em Alcácer do Sal e em Tavira reveste-se de um significado particular, sejam quais forem as verdadeiras origens étnicas das populações que usaram aquelas necrópoles.

Contudo, a própria arquitectura funerária, bem como os artefactos que acompanham as incinerações, indiciam uma ruptura com práticas anteriores, que, aliás, permanecem em utilização em áreas relativamente próximas, como é o caso das cistas Sines e dos Gregórios (Silves) e até de Bensafrim. Esta introdução de novos padrões comportamentais ao nível da morte, padrões que são importados, traduzem certamente novas realidades sociais e políticas, que poderão indicar presenças alógenas. E isto também porque os objectos encontrados nas sepulturas são de algum modo uma extensão do indivíduo, já que «...los objetos son inalienables de las personas que los han utilizado, que los han tocado» (DELGADO & MERITXEL, 2007).

Nas necrópoles e nas cerimónias fúnebres e rituais nelas praticados, criam-se vínculos com os antepassados e os que organizam as actividades pós morte legitimam a sua relação com eles, criando uma memória social necessária a coesão da comunidade.

Nesta perspectiva, pode também entender-se a manutenção de arquitecturas funerárias tradicionais, quer no interior alentejano, quer em áreas mais próximas do litoral. Nestes casos, e uma vez mais, pretende-se que o cenário da morte actue como construtor de identidades, definindo-se a inclusão num grupo específico, distinto dos outros que actuam em territórios próximos, até porque que «...a ideologia necessita de arquitectura para a atingir a sua máxima expressão» (KEMP, 2006).

À manutenção da arquitectura funerária, junta-se a permanência da inumação quase exclusiva, ainda que, pelo menos nas necrópoles do interior alentejano, a incineração já ocorra, aparentemente, em simultâneo. O tratamento dado ao corpo corresponde à resposta dada pelos vivos à mais absoluta materialidade da morte – o cadáver –, devendo ser abordado no contexto de um sistema de crenças distinto daquele que existia em certas áreas do litoral.

Como já se fez referência, sabe-se que os objectos recuperados nas necrópoles foram certamente mais do que oferendas funerárias, havendo dados que permitem verificar a existência de espólios que remetem para os equipamentos rituais usados pelos vivos durante as cerimónias fúnebres, e que, até no grupo dos artefactos do defunto, haverá os que podem ser considerados itens pessoais, usados pelo próprio e os que são oferendas propriamente ditas. De qualquer forma, convém salientar que qualquer das categorias incorpora artefactos de clara matriz mediterrânea (contas de colar de pasta vítrea, oculadas ou não, escaravinhos...), mas o «pacote» fenício está ausente (lucerna, ânfora, jarro...). Interessante é verificar a presença de armamento, que nunca se verifica em ambientes coloniais ou mais orientalizados. Aliás a própria presença de armas, como as lanças e espadas, presentes em Ourique (BEIRÃO, 1986), no Alto Algarve, concelho de Alcoutim (CARDOSO & GRADIM, 2008) e na cista dos Gregórios (BARROS, BRANCO & CORREIRA, 2005), levanta por si mesmo uma questão suficientemente interessante para que para ela se chame a atenção. Habitualmente consideradas como itens iminentemente masculinos, as análises antropológicas têm demonstrado que se está perante enterramentos femininos, como foi o caso da cista dos Gregórios (BARROS, BRANCO & CORREIA, 2005). A questão do género, tão presente na agenda da pós modernidade, ganhou novos e, aparentemente, sólidos argumentos. Contudo, não é completamente seguro que estas armas, efectivamente depositadas junto ao corpo de mulheres, tenham sido de sua propriedade em vida, uma vez que podem integrar-se no grupo dos artefactos depositados junto do cadáver, não se incluindo no conjunto de itens pessoais usados pelo defunto no momento do seu funeral. Se assim for, o significado destas armas poderá ser outro bem distinto.

Os cemitérios da Idade do Ferro do sul de Portugal constituíram-se como cenários onde os actores principais não parecem ter sido afinal os que justificaram a sua construção – os mortos. Pelo contrário, os vivos serviram-se destes espaços para criar identidades e sentidos e justificar e naturalizar as ideologias dominantes. E a presença de populações exógenas num território onde se movimentavam grupos humanos locais obrigou a que uns e outros se servissem dos seus mortos para garantir a sua coesão social e política. Os primeiros necessitaram de materializar as relações com os novos territórios e fizeram-no através da memória dos mortos. Túmulos, cemitérios e rituais funerários materializam vínculos entre antepassados, colonos e novos territórios, convertendo-se em cenários onde se negocia a identidade colonial, uma identidade colectiva que define os colonos em relação ao seu lugar de origem e frente às comunidades locais, junto das quais vivem (DELGADO & MERITXEL, 2007). Estas últimas legitimam a sua presença com a manutenção de uns rituais próprios e de uma arquitectura de que, num primeiro momento, não vão prescindir.

A relativa unicidade que se gera na 2ª metade do milénio joga a favor dos colonizadores, uma vez que os sistemas funerários indígenas parecem ter-se dissolvido, e a realidade empírica evidencia que os elementos exógenos prevaleceram sobre os das comunidades autóctones.

As necrópoles do 1º milénio a.n.e. no sul do actual território português «devem» muito ao movimento colonial fenício para o ocidente peninsular, podendo concluir-se que os espaços funerários se constituíram enquanto cenários onde se construíram identidades e se desenharam vínculos entre colonos e indígenas.



## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALARCÃO, J. (1996) – Os círculos culturais da 1ª Idade do Ferro no Sul de Portugal. In VILLAR, F. & ENCARNAÇÃO, J. (Eds.), *La Hispania preromana*. Salamanca: Universidade de Salamanca, p. 19-36.
- ARANDA JIMENÉZ, G. & ESQUÍVEL GUERRERO, J. A. (2006) – Ritual funerário Y comensalidade n las sociedades de la Edad del Bronce del Sureste peninsular: la cultura del Argar. *Trabajos de Prehistoria*. Madrid, p. 117-133.
- ARRUDA, A. M. (1999-2000) – *Los fenícios en Portugal*. Cuadernos de Arqueologia Mediterrânea. Barcelona: Universitat Pompeu Fabra.
- ARRUDA, A. M. (2000) – Práticas e rituais no Sul de Portugal durante a Proto-História. In *Actas do 3º Congresso de Arqueologia Peninsular*. Porto: ADECAP, 5, p. 101-108.
- ARRUDA, A. M. (2001) – A Idade do Ferro pós-orientalizante no Baixo-Alentejo. *Revista Portuguesa de Arqueologia*. Lisboa. 4(2), p. 207-291.
- ARRUDA, A. M. (2004) – Necrópoles Proto-Históricas do Sul de Portugal: o mundo oriental e orientalizante. In Gonzalez Prats Ed. *In Actas do III Seminário sobre temas fenícios «O mundo funerário»*. Guardamar del Segura, Maio 2002. Alicante: Generalitat Valenciana. p. 457-494.
- ARRUDA, A. M., COVANEIRO, J. e CAVACO, S. (2008) – A necrópole da Idade do Ferro do Convento da Graça, Tavira. *Actas do V Encontro Arqueologia no Algarve*. Silves: Câmara Municipal de Silves. 1, p. 141-160 (Xelb, 8).
- ARRUDA, A. M., COVANEIRO, J. e CAVACO, S. (no prelo) – Uma necrópole «tartéssica» em Tavira (Algarve, Portugal): As dicotomias (im)possíveis. Contributos para a anatomia de um mito. *Actas do V Colóquio do Centro de Estudos Fenícios e Púnicos*. Madrid.
- AUBET, M. E. (2004) – *The Phoenician Cemetery of Tyre-Al Bass: Excavations 1997-1999*. BAAL, Hors-Serie I. Beirut: Ministère de la Culture.
- BARROS, P.; BRANCO, G. DUARTE, C. & CORRREIA, J. (2005) – A Cista dos Gregórios (Silves). *Actas do II Encontro de Arqueologia do Algarve*. Silves: Câmara Municipal de Silves 1, p. 41-52 (Xelb, 8).
- BEIRÃO, C. M. (1986) – *Une civilization protohistorique du Sud du Portugal*. Paris: De Boccard.
- BLAKE, E. (2005) – The Material Expression of Cult, Ritual, and Feasting. In E. BLAKE e A.B. KNAPP (eds.), *The Archaeology of Mediterranean Prehistory*. Oxford: Blackwell.
- CALADO, D. e GOMES, M. V. (2006) – Quinta da Queimada (Lagos): a necrópole da II Idade do Ferro. *Revista Portuguesa de Arqueologia*. Lisboa. 9, 2, p. 171-185.
- CARDOSO, J. L. & GRADIM, A. (2008) – O núcleo II da necrópole da Idade do Ferro de Cabeço da Vaca (Alcoutim). *Actas do 5.º Encontro de Arqueologia do Algarve*. Silves: Câmara Municipal de Silves. 8, 1, p. 103-115 (Xelb, 8).
- CORREIA, V. (1925) – Uma conferência sobre a necrópole de Alcácer do Sal. *Biblos*, 1 (7), p. 347-363. 1972. *Obras, Volume 4, Estudos arqueológicos*. Coimbra: Acta Universitatis Conimbricensis. p. 151-167.
- CORREIA, V. (1928) – Escavações realizadas na necrópole de Alcácer do Sal em 1926 e 1927. *O Instituto*, 75, p. 190-201. 1972. *Obras, Volume 4, Estudos arqueológicos*. Coimbra: Acta Universitatis Conimbricensis. p. 169-179.

- CORREIA, V. (1930) – Alcácer do Sal. Esboço de uma monografia. *Biblos*. Coimbra, 1 (7), p. 40-59. 1972. *Obras, Volume 4, Estudos arqueológicos*. Coimbra: Acta Universitatis Conimbrigensis, p. 127-150.
- CORREIA, V. H. (1993) – As necrópoles da Iª Idade do Ferro do Sul de Portugal. Arquitectura e rituais. *In Actas do 1º Congresso Peninsular de Arqueologia*. Porto: ADECAP, 2, p. 351-376.
- CORREIA, V. H. (1997a) – As necrópoles algarvias da I Idade do Ferro e a escrita do Sudoeste. *In* PARREIRA, R. & BARATA, M. F. (coord.) *Noventa séculos entre a Serra e o Mar*. Lisboa: IPPAR, p. 265-279.
- CORREIA, V. H. (1997b) – Um modelo historiográfico para a idade do ferro do sul de Portugal e a sua arqueologia. *Trabalhos de Antropologia e Etnologia*. Porto. 37 (3-4), p.41-85.
- COSTA, J. M. M. (1967) – O tesouro fenício ou cartaginês do Gaio (Sines). *Ethnos*. Lisboa. 5, p. 529-538.
- COSTA, J. M. M. (1974) – O tesouro púnico-tartéssico do Gaio. *In Actas das II Jornadas da Associação dos Arqueólogos Portugueses*. Lisboa: Associação dos Arqueólogos Portugueses, p. 97-120.
- DELGADO, A. & MERITXEL (2007) – Alimentos para los muertos: mujeres, rituales funerários e identidades coloniais. *Interpreting household practices. Treballs d'Arqueologia*. Barcelona. 13, p. 29-68.
- DEUS, M. & CORREIA, J. (2005) – Corte Margarida: mais uma necrópole orientalizante no Baixo Alentejo. *In* JIMENEZ ÁVILA & CELESTINO PEREZ (eds.). *El Periodo Orientalizante: Actas del III Simposio Internacional de Arqueología de Mérida, Protohistoria del Mediterráneo Occidental*. Madrid: CSIC, p. 615-618.
- DITLER, M. (1999) – Rituals of commensality and the politics of state formation in the «princely» societies of early Iron Age Europe. *In* P. RUBY (ed.) *Les princes de la protohistoire et l'émergence de l'état*. Naples/Rome: Centre Jean Bérard, p. 135-152.
- DITLER, M. (2001) – Theorizing the Feast: Ritual of Consumption, Commensal Politics, and Power in African Contexts. *In* M. DIETLER & B. HAYDEN (eds.): *Feasts. Archaeological and Ethnographic Perspectives on Food, Politics, and Power*. Washington and London: Smithsonian Institution Press, p. 65-114.
- MAIA, M. (2003) – Fenícios em Tavira. *In Tavira Território e Poder*. Lisboa: Museu Nacional de Arqueologia. p. 57-72.
- MAIA, M. e SILVA, L. (2004) – O culto a BAAL em Tavira. *Huelva Arqueológica*. Huelva. 20, p. 173-194.
- MATALOTO, R. LANGLEY, M. & BOAVENTURA, R. (2008) – A necrópole sidérica de Torre de Palma (Monforte, Portugal). *In* JIMENEZ ÁVILA (ed.) *Sidereum Ana I: El río Guadiana en época post-orientalizante*. Madrid: CSIC, p. 283-301.
- MORRIS (1992) – *Key Themes in Ancient History: Death-Ritual and Social Structure in Classical Antiquity*. Cambridge University Press, p. 102-129.
- PAIXÃO, A. C. (1970) – *A necrópole do Senhor dos Mártires, Alcácer do Sal – Novos elementos para o seu estudo*. Lisboa: Faculdade de Letras. Tese de Licenciatura policopiada.
- PAIXÃO, A. C. (1971) – O recente achado do três escaravelhos na necrópole do Senhor dos Mártires em Alcácer do Sal. *Actas do II Congresso Nacional de Arqueologia*. Coimbra: Junta Nacional da Educação, p. 309-315.
- PAIXÃO, A. C. (1983) – Uma nova sepultura com escaravelho da necrópole proto-histórica do Senhor dos Mártires (Alcácer do Sal). *O Arqueólogo Português*. Lisboa. Série IV, 1, p. 273-286.

- ROCHA, L. (2003) – O monumento megalítico da I Idade do Ferro do Monte da Tera (Pavia, Mora): Sectores 1 e 2. *Revista Portuguesa de Arqueologia*. Lisboa. 6, 1, p. 121-129.
- ROCHA, L. (2005) – A necrópole da 1.<sup>a</sup> Idade do Ferro do Monte da Têra, Pavia (Portugal): dados das últimas intervenções. In JIMÉNEZ ÁVILA & CELESTINO PÉREZ (eds.). *El Periodo Orientalizante: Actas del III Simposio Internacional de Arqueología de Mérida, Protohistoria del Mediterráneo Occidental*. Madrid: CSIC, p. 605-614.
- TRINDADE, L. & FERREIRA O. da Veiga (1965) – Acerca do vaso "piriforme" tartéssico de bronze do Museu de Torres Vedras. *Boletim Cultural da Junta Distrital de Lisboa*. Lisboa. 63/64, p, 175-183.
- VILHENA, J. (2008) – As armas e os barões assinalados?: em torno das necrópoles monumentais do “Ferro de Ourique”. In JIMÉNEZ ÁVILA (Ed.) *Sidereum Ana I: El río Guadiana en época post-orientalizante*. Madrid: CSIC, p. 373-398.